



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO

E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA ESCOLA COMUM.

HOSANA CABRAL DA SILVA

ORIENTADOR(A): MERCEDES VILLA CUPOLILLO

CRUZEIRO DO SUL-AC/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

HOSANA CABRAL DA SILVA

INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA ESCOLA COMUM: tradução ou ensino?

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Mercedes Villa Cupolillo

TERMO DE APROVAÇÃO

HOSANA CABRAL DA SILVA

INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA ESCOLA COMUM: tradução ou ensino?

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

MERCEDES VILLA CUPOLILLO

NOME DO EXAMINADOR (Examinador)

HOSANA CABRAL DA SILVA (Cursista)

CRUZEIRO DO SUL-AC/2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus familiares, aos meus colegas pela companhia nesta jornada de busca pela profissionalização, e a todos que de alguma forma contribuíram neste processo de formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter mim abençoado nesta jornada, dando-me capacidade para seguir em frente e a buscar meus ideais e pela oportunidade que ele mim deu para eu prosseguir em meus estudos.

Aos meus familiares pelo incentivo para continuar, vencendo os obstáculos que surgiram ao longo deste processo.

Aos professores com sua colaboração e incentivo para que pudesse prosseguir, e aos meus colegas de turma, pelo companheirismo e amizades.

RESUMO

O presente estudo tem como tema a inclusão do aluno com deficiência auditiva na escola com foco nas ações do intérprete. O estudo pretende ampliar a visão sobre a educação inclusiva, sobre a contribuição do professor intérprete na inclusão do aluno surdo. Para tal, A pesquisa de campo teve como objetivo: compreender o papel do professor intérprete na inclusão do aluno surdo. O tipo de pesquisa adotada foi à exploratória. Os participantes foram três professores intérpretes e a construção de dados se deu através de entrevistas semi-estruturadas buscando verificar a relevância de seu trabalho na inclusão de um aluno surdo em uma escola pública em Cruzeiro do Sul. Os resultados demonstram a importância do professor intérprete na educação e aprendizagem do aluno com deficiência auditiva.

Palavras-Chave: Deficiente auditivo, Intérprete, Língua Brasileira de Sinais. Educação inclusiva.

SUMÁRIO

I- APRESENTAÇÃO.....	08
II- FUNDAMENTAÇÃO TEORICA.....	10
2.1 BASES LEGISLATIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	10
22. TENDÊNCIAS E EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM SURDEZ.....	13
2.3 O PAPEL DO INTERPRETE NA INCLUSÃO DE ALUNO SURDO.....	15
2.4 A APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO.....	17
III. OBJETIVOS.....	20
3.1. OBJETIVO GERAL.....	20
3.2. OBJETIVOS ESPECIFICOS.....	20
IV. METODOLOGIA.....	21
4.1. Fundamentação Teórica da Metodologia.....	21
4.2. Contexto da Pesquisa.....	21
4.3. Participantes.....	22
4.4. Materiais	22
4.5. Instrumentos de Construção dos Dados.....	22
4.6. Procedimentos de Construção dos Dados.....	23
4.7. Procedimentos de Análise dos Dados.....	23
V. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	24
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	29
APÊNDICES.....	31
ANEXOS.....	32

I- APRESENTAÇÃO

O presente trabalho aborda a inclusão de alunos surdos em escola comum, oportunizando assim uma maior compreensão acerca do papel do intérprete na inclusão do aluno surdo e sua contribuição para o desenvolvimento do mesmo.

Com base na legislação como a “Constituição Federal de 88”, que deixa explícito no Artigo 205. “Educação direito de todos”, uma sentença que fez o Brasil se destacar nos últimos anos pelos avanços adquiridos, e tem como fundamentação a concepção da educação inclusiva, nos apropriamos de alguns documentos legais nacionais que deixam claro os compromissos políticos com a educação inclusiva.

A relevância desse estudo evidencia-se uma vez que pretende ampliar a visão sobre a educação inclusiva, sobre a contribuição do professor intérprete na inclusão do aluno surdo.

A partir dos direitos das pessoas com deficiência a serem inseridas na escola, as crianças surdas, como também outros alunos com algum tipo de deficiência, tiveram oportunidade de terem acesso à escola. Com base nessas premissas, pretendemos conhecer alguns aspectos da educação inclusiva do aluno surdo, que nos ajude a compreender, “Qual a importância do intérprete no processo de inclusão do aluno surdo”.

A proposta da educação inclusiva vem responder à demanda da sociedade por uma educação mais ampla na qual cada um, professor, aluno, pais, gestores e demais funcionários sejam responsável pela aprendizagem de todos os alunos. Dessa maneira, os alunos com deficiência auditiva precisam ser estudados e analisados, pois as aprendizagens dos alunos surdos já se transformaram em tema de estudos e debates. A inclusão vem buscando durante muito tempo uma sociedade que valorize a diversidade humana e fortaleça a aceitação das diferenças individuais, no intuito de que possamos aprender a conviver, contribuir e construir juntos um mundo onde todos tenham oportunidades sem qualquer tipo de discriminação.

A escolha da temática se deu diante da necessidade que senti em realizar um estudo voltado para o papel do professor de intérprete e sua influência na

aprendizagem do aluno surdo e para que possa se desenvolver apesar de suas limitações.

Nesse sentido, a pesquisa monográfica teve como objetivo geral analisar o processo de aprendizagem do aluno surdo com seus pares em uma escola comum, e compreender o papel do professor intérprete na inclusão do aluno surdo.

Na fundamentação teórica apresentamos uma discussão de teóricos sobre o processo de educação inclusiva do aluno com deficiência auditiva e o papel do intérprete.

Após a fundamentação teórica apresentamos o capítulo metodológico, com as especificações do trabalho de pesquisa. Sequencialmente são apresentados os resultados e a discussão da pesquisa de campo. A pesquisa ocorreu através de um trabalho de campo, com abordagem qualitativa. Na construção de dados foram utilizadas entrevistas com o interprete sobre como ele ensina o aluno surdo.

II– FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os meios legais incluem o artigo 208 III “que garante o Atendimento Educacional Especializado para pessoas com deficiência na rede regular de ensino” A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) prevê “serviços especializados, serviços de apoio especializados, professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. (Art.58/59).

A resolução nº 4 de 02 de outubro de 2009. “Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial”, institui no seu Art. 4º, para fins destas diretrizes: considera público alvo do – Atendimento Educacional Especializado os alunos com transtornos globais do desenvolvimento; aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípicas motoras. Também no artigo 10º, VI essa resolução prevê a organização do AEE que garante “profissionais de educação como tradutor e interprete de língua brasileira de sinais, guia-interprete e outros”. Outro importante documento é o decreto N° 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, e reconhece a língua brasileira de sinais-LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão.

A Declaração dos Direitos Humanos (1948) vem assegurar o direito de todos à educação pública, gratuita. Tais ideias, reforçadas pelo movimento mundial de integração de pessoas com deficiências, defendem oportunidades educacionais e sociais iguais para todos, contribuindo fortemente para criação dos serviços de educação especial e classes especiais em escolas públicas no Brasil.

A educação inclusiva melhora a qualidade de ensino para todos, desafiando os professores a desenvolverem novas metodologias para a participação ativa que beneficie todos os alunos. Além das competências de que os professores necessitam para proporcionar uma educação de qualidade para todos, muitas vezes, são necessárias ajustes técnicos ou equipamentos específicos para atender as

necessidades educacionais especiais, bem como a atuação conjunta de outros profissionais na promoção da acessibilidade.

A transformação dos sistemas educacionais para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais significa uma mudança na gestão da educação que possibilita o acesso às classes comuns do Ensino Regular. Significa ainda a ampliação da oferta do atendimento educacional especializado que propicia a eliminação das barreiras para o acesso ao currículo. Assim, uma nova gestão dos sistemas educacionais prevê a prioridade de ações de ampliação do acesso à educação infantil, o desenvolvimento de programas para formação de professores e a adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade.

As escolas deveriam desenvolver, além do currículo formal, um currículo com objetivos funcionais adequados à faixa etária e às necessidades especiais desses alunos. Portanto, é importante compreender a formação de projetos pedagógicos que enfatizam a formação humana, o respeito mútuo, as competências e a promoção de aprendizagem. É necessário completar esses projetos pedagógicos com as necessidades educacionais específicas de todos os educandos.

O Atendimento Educacional Especializado deve ser visto como uma construção e reconstrução de experiências e vivências conceituais, em que a organização do conteúdo curricular não deve estar pautada numa visão linear, hierarquizada e fragmentada do conhecimento. O conhecimento precisa ser compreendido como uma teia de relações, na qual as informações se processam como instrumento de interlocução e de diálogo.

A Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no capítulo Educação Especial, ressalta que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades educacionais especiais, “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (Artigo 59). Isso seria uma garantia da presença do professor intérprete na educação do aluno surdo enquanto profissional capacitado para contribuir com o desenvolvimento e aprendizado desses alunos.

O grau de perda auditiva é classificado em leve, moderado, severo e profundo. Será leve se a perda auditiva for até de quarenta decibéis. Moderado, se a

perda for entre quarenta e setenta decibéis. Severo, se a perda for entre setenta e noventa decibéis. E profundo se for superior a noventa decibéis (RINALDI, 2008).

Para que a educação do aluno surdo seja efetivada de forma satisfatória, é necessário o atendimento Educacional Especializado.

Nesse sentido, o atendimento Educacional Especializado ocorre com um profissional capacitado para proporcionar a esse aluno um atendimento específico às suas necessidades. Em se tratando do aluno surdo, esse atendimento educacional pode ocorrer com um professor intérprete.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva, (2007, p. 10):

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2007, P. 10).

Mais uma vez podemos observar a importância e a função do atendimento educacional, que, por sua vez, pretende oferecer maiores condições para o desenvolvimento e aprendizado dos alunos em suas especificidades.

De acordo com Rapoli (2010, p. 18) onde começam e terminam as “o principal de o Atendimento Educacional Especializado ser realizado na própria escola consiste na possibilidade de atender as necessidades educacionais específicas de cada aluno e discutidas no dia-a-dia na inclusão do aluno surdo”.

2.2. Tendências da Educação das pessoas com Surdez

Atualmente vigoram três tendências ou abordagens voltadas para a educação de surdos. Para Lacerda (1998), as três principais abordagens de educação de surdos (oralista, comunicação total e bilinguismo) coexistem, com adeptos de todas elas nos diferentes países. Cada uma com seus prós e contras,

essas abordagens abrem espaço para reflexões na busca de um caminho educacional que de fato favoreça o desenvolvimento pleno dos sujeitos surdos, contribuindo para que sejam cidadãos em nossa sociedade.

As escolas pautadas no oralismo visam à capacitação da pessoa com surdez para que possa utilizar a língua da comunidade ouvinte na modalidade oral, como única possibilidade linguística, utilizando o uso da voz e da leitura labial, tanto na vida social como na escola. Segundo Sá (1999), essa perspectiva não seria ideal, uma vez que ocasiona déficits cognitivos, legitima a manutenção do fracasso escolar, provoca dificuldades no relacionamento familiar, não aceita o uso da Língua de Sinais, discrimina a cultura surda e nega a diferença entre surdos e ouvintes.

Já a comunicação total, segundo Damázio (2007) compreende:

Na comunicação total considera as características da pessoa com surdez utilizando todo recurso possível para a comunicação, a fim de potencializar as interações sociais, considerando as áreas cognitivas, linguísticas e afetivas dos alunos. A linguagem gestual visual, os textos orais, os textos escritos e as interações sociais que caracterizam a comunicação total parecem não possibilitar um desenvolvimento satisfatório e esses alunos continuam segregados, permanecendo agrupados pela deficiência.

A abordagem educacional por meio do bilinguismo visa capacitar à pessoa surda para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e social: a Língua de Sinais e a Língua da comunidade ouvinte.

O bilingüismo é um dos movimentos da inclusão de alunos com deficiência auditiva nas salas de aula, porque ele tem por base o reconhecimento e a aceitação social, criando assim condições para que diferentes pessoas em diferentes regiões possam criar ou ter oportunidades no convívio social. Para uma educação bilíngue, a escola deve oferecer intérpretes de língua de sinais, educadores surdos ou que possuem a linguagem de sinais e professores ouvintes que sejam usuários da língua de sinais e capacitados para o ensino do português como segunda língua. Precisa também elaborar um currículo que respeite a diferença da surdez, para os surdos identificarem-se com a cultura de sua comunidade e não somente com a cultura dos ouvintes. (PEREIRA, 2009, 24).

As propostas educacionais dessa abordagem começaram a se estruturar a partir do Decreto 5.626/05, que regulamentou a lei de Libras. O decreto prevê a organização das turmas bilíngues, constituídas por alunos surdos e ouvintes onde as duas línguas, Libras e Língua Portuguesa são utilizadas no mesmo espaço educacional. Define ainda a Libras como a primeira língua a ser adquirida pelo surdo. A segunda seria a Língua Portuguesa na modalidade escrita. Além disso,

orienta para a formação inicial e continuada de professores e formação de interpretes para a tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Sabemos que a inclusão do aluno surdo na escola comum deve levar em consideração as propostas de atendimento a esses alunos, respeitando suas especificidades e a forma do aprendizado de cada um, não impondo barreiras no processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, a Língua de Sinais deve ser o principal meio de comunicação entre pessoas com surdez. Porém, somente o seu uso não é condição para resolver o problema da surdez, pois há outros saberes importantes a serem dominados por essas pessoas.

O trabalho pedagógico com os alunos com surdez nas escolas comuns, deve ser desenvolvido em um ambiente bilíngue, ou seja, em um espaço em que se utilize Língua de Sinais e a Língua Portuguesa. Assim se destacam três momentos pedagógicos:

- Momento de Atendimento Educacional Especializado em Libras na escola comum, em que todos os conhecimentos dos diferentes conteúdos curriculares, são explicados nessa língua por um professor, sendo o mesmo preferencialmente surdo. Esse trabalho deve ser realizado todos os dias, e destina-se aos alunos com surdez.
- Momento de Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Libras na escola comum, no qual os alunos com surdez terão aulas de Libras, favorecendo o conhecimento e a aquisição, principalmente de termos científicos. Este trabalho é realizado pelo professor e/ ou instrutor de Libras, de acordo com o estágio de desenvolvimento da Língua de Sinais em que o aluno se encontra.
- Momento de Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa, onde são trabalhadas as especificidades dessa língua para pessoas com surdez. Este trabalho é realizado todos os dias para os alunos com surdez, aparte das aulas da turma comum, por uma professora e Língua Portuguesa.

2.3 O papel do intérprete na inclusão de aluno surdo

De acordo com Corde (1996) o intérprete deve ser um profissional bilíngue, reconhecido pelas associações e/ou órgãos responsáveis; intérprete e não explicador; habilitado na interpretação da língua oral, da língua de sinais, da língua escrita para a língua de sinais, e da língua de sinais para a língua oral favorecendo assim uma melhor aprendizagem do aluno surdo na escola regular.

Segundo Damázio (2007, p. 49).

É a pessoa que, sendo fluente em Língua Brasileira de Sinais e em Língua Portuguesa, tem a capacidade de verter em tempo real (interpretação simultânea) ou, com um pequeno espaço de tempo (interpretação consecutiva), da Libras para o Português ou deste para a Libras. A tradução envolve a modalidade escrita de pelo menos uma das línguas envolvidas no processo.

A partir da afirmativa de Damázio podemos observar que o intérprete é o profissional capacitado para realizar a interpretação da Língua de Sinais e da Libras aos alunos, oportunizando que se comuniquem e aprendam, mesmo diante de suas limitações.

A atuação do tradutor/intérprete escolar, na ótica da inclusão, envolve ações que vão além da interpretação de conteúdos em sala de aula. Ele medeia a comunicação entre professores e alunos, alunos e alunos, pais, funcionários e demais pessoas da comunidade em todo o âmbito da escola e também em seminários, palestras, fóruns, debates, reuniões e demais eventos de caráter educacional. (DAMÁZIO, 2007, p. 50)

Outro autor como Pereira (2009) enfatiza que, é imprescindível que se leve em consideração os aspectos e especificidades de cada língua. Segundo Pereira (2009, p. 15):

A Língua de Sinais é uma língua de modalidade gestual-visual porque utiliza, como meio de comunicação movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão. Portanto, ela é diferenciada da Língua Portuguesa de ouvintes que é uma língua oral- auditiva, porque na Língua Portuguesa utilizamos sons que são emitidos pela voz, que para um surdo é impossível de se perceber.

Nesse sentido, nota-se a contribuição da Língua de Sinais como instrumento de comunicação entre ouvintes e crianças surdas.

De acordo com Pereira (2009) a Libras favorece o contato com o mundo em sua volta, oportunizando que a criança surda possa ler palavras ou fazer a leitura do gesto e contribui com um melhor aprendizado do aluno. A Libras torna-se, assim, um instrumento de comunicação do mundo com o aluno surdo.

Rosa (2005) ressalta que o trabalho do intérprete requer alguns requisitos para que possa realizar uma boa interpretação, tais como: conhecer a língua de partida e a língua de chegada com profundidade; conhecer as especificidades da comunidade surda e relacionar-se bem com os surdos.

Dessa forma, nota-se que o papel do intérprete é essencial na educação do aluno surdo, favorecendo principalmente a comunicação e interação entre surdos e ouvintes. Entretanto o autor ressalta que o intérprete sozinho não garante a inclusão do aluno surdo, sendo necessárias condições e recursos adequados para que ela se efetive de forma satisfatória.

De acordo com Lacerda (2006), o intérprete participa das atividades procurando dar acesso aos conhecimentos. Isso se faz com tradução, como também com sugestões, exemplos e outras atividades de interação do aluno surdo com ouvintes. Observamos, então, a importância da união de professores, alunos, intérprete e colegas para que a educação do surdo se efetive. O intérprete é um profissional que contribui com o desenvolvimento e aprendizado do aluno surdo, e deve atuar em parceria com o professor regente para trocar experiências, um contribuir com o outro, favorecendo a inclusão.

Finalmente podemos citar Witkoski e Filietaz quando discutem alguns dos desafios da educação de surdos no cotidiano da escola:

Alcançar a excelência na educação dos surdos, tal qual para outros alunos, é um grande desafio. A baixa qualidade da educação em geral, a falta de qualificação de professores, os baixos salários, os altos índices de repetência, a evasão escolar e a carência de recursos tecnológicos e estruturais básicos são problemas que marcam o sistema de ensino brasileiro. (WITKOSSKI, FILIETAZ, 2014, P. 42).

Nota-se que incluir o aluno não é tarefa fácil, mas a escola tem um grande desafio em fornecer condições para que a educação inclusiva se concretize de forma positiva, o que requer, além de aspectos pedagógicos adequados, diversos aspectos presentes neste processo como ressaltam os autores acima.

2.4 A aprendizagem do aluno surdo

É indispensável aos educadores conhecerem o aluno surdo ou que apresenta alguma deficiência auditiva, como ocorre sua aprendizagem, quais as suas limitações, que recursos podem ser utilizados para que possam contribuir com o processo de ensino-aprendizagem. É preciso conhecer as capacidades e limitações desses alunos, tendo em vista suas vivências e experiências adquiridas em seu cotidiano.

Redondo Carvalho (2000, p. 19) “é de grande importância que a surdez seja diagnosticada o mais cedo possível. E que, assim que for constatada, se inicie o atendimento especializado, que não se resume ao trabalho com a criança — deve incluir também os pais”.

Pereira (2009) ressalta a necessidade de letrar o aluno surdo em Libras, para que assim tenha maiores condições de desenvolver suas habilidades, na escrita do Português além da decodificação. Destaca ainda que a Libras simboliza a língua falada, tornando-a objeto de interação espontânea e entendimento, que são os requisitos para capacitar uma pessoa como letrada.

Nota-se mais uma vez a contribuição da Língua de Sinais no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo, oportunizando condições de se desenvolverem- mais em todos os aspectos.

Segundo Lacerda (2006, p. 178):

As crianças surdas possuem estratégias de comunicação muito peculiares, pois a maioria vem de lares ouvintes que não possibilitam um desenvolvimento linguístico no patamar das crianças ouvintes. Assim, elas partem de uma exposição e de estratégias de linguagem diferentes, estando expostas a um ambiente que usa simultaneamente pistas visuais e auditivas, impondo a elas opções, dividindo sua atenção. Em uma sala de aula para alunos ouvintes, isso se reproduz, já que o professor passa as informações de acordo com aquilo que está acostumado, sendo mais adequado aos ouvintes que às crianças surdas.

A Língua Brasileira de Sinais tem, para as pessoas surdas, a mesma função que a Língua Portuguesa na modalidade oral tem para as ouvintes. É ela, portanto, que vai possibilitar às crianças surdas atingirem os objetivos propostos pela escola, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa na modalidade escrita. (PEREIRA, 2008).

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva (2007, p. 4), a Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

Conforme enfatizado por Quadros (1997), os textos apresentados aos alunos surdos devem ser textos verdadeiros, ou seja, não se simplificam os textos que existem, mas se apresentam textos adequados à faixa etária da criança, por isso os contos e histórias infantis são muito apropriados nas séries iniciais do ensino fundamental. Além desses tipos de textos, é possível trabalhar com histórias em quadrinhos, textos jornalísticos, trechos de livros didáticos e assim por diante. O mais importante é o texto fazer sentido para a criança no contexto da sala de aula e para a sua vida.

De acordo com Poker (2001) somente a aquisição da Língua de Sinais não é garantia de uma aprendizagem significativa. Segundo ela, o ambiente em que a pessoa com surdez esta inserida, principalmente o da escola, na medida em que não lhe oferece condições para que se estabeleçam trocas simbólicas com o meio físico e social, não exercita ou provoca a capacidade representativa dessas pessoas, conseqüentemente, compromete o desenvolvimento do pensamento, o qual a natureza do problema cognitivo da pessoa com surdez esta relacionada a.

Os alunos com surdez são observados por todos os profissionais que direta ou indiretamente trabalham com eles. Focaliza-se a observação nos seguintes aspectos: sociabilidade, cognição, linguagem (oral, escrita, visoespacial), afetividade, motricidade, aptidões, interesses, habilidades e talentos. Registram-se as observações iniciais em relatórios, contendo todos os dados colhidos ao longo do processo e demais avaliações relativas ao desenvolvimento do desempenho de cada um. (DAMÁZIO, 2007, p. 26).

Dessa forma, compreende-se a importância de potencializar ao aluno surdo um ensino planejado e coerente com suas necessidades, para que ele possa ter capacidades de desenvolver-se, tendo em vista que é um processo difícil que requer atenção e planejamento.

As pessoas com surdez enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu

potencial cognitivo, sócio-afetivo, linguístico e político-cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem. (DAMÁZIO, 2007, p. 13).

Nesse sentido, a inclusão de pessoas surdas envolve uma série de fatores e formas específicas de atuação, sendo necessária a atuação do professor regente, do professor de atendimento educacional especializado, e principalmente práticas pedagógicas adequadas que contribua com o aprendizado dos alunos.

Sobre as práticas pedagógicas, Damázio (2007) ressalta que as mesmas constituem o maior problema, sendo necessário transformar essas práticas para que os alunos com surdez tenham condições de desenvolver-se, o que requer metodologias adequadas para atender esses alunos em suas necessidades.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial, (2001, Pp. 55) Para uma educação escolar de qualidade nas escolas especiais, é necessário prover e promover em sua organização:

- I- Matrícula e atendimento Educacional Especializado nas escolas e modalidades da educação previstas em lei e em seu regimento escolar.
- II- Encaminhamento de alunos para a educação regular, inclusive para a educação de jovens e adultos;
- III- Parcerias com escolas das redes regulares públicas ou privadas da educação profissional.
- IV- Conclusão e certificação de educação escolar, incluindo terminalidade específica, para alunos com deficiência mental ou múltipla.
- V- Professores especializados e equipe técnica de apoio;
- VI- Flexibilização e adaptação do currículo previsto na LDBEN, nos referenciais e Parâmetros Curriculares Nacionais. 55

Assim, a educação especial requer medidas tanto estruturais como na própria prática pedagógica, que proporcione as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, não apenas o acesso na escola, mas sua permanência com condições plenas para se desenvolver.

III– OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral:

- 1- Compreender a inclusão do aluno surdo no ensino regular com ênfase no professor intérprete.

3.2 Objetivos Específicos:

- 1- Compreender o papel do professor intérprete na inclusão do aluno surdo.
- 2- Conhecer as principais dificuldades encontradas pelo professor intérprete no ensino a crianças surdas;
- 3- Descrever a contribuição da Língua Brasileira de Sinais na aprendizagem e comunicação do aluno surdo.

IV- METODOLOGIA

A presente pesquisa pretendeu investigar a inclusão do aluno surdo na escola regular enfatizando o professor intérprete como ator desse processo. O tipo de pesquisa adotada foi à exploratória, contendo a exploração da temática a partir das ideias de estudiosos e da participação dos entrevistados.

A mesma foi realizada dentro de uma abordagem qualitativa em educação. A pesquisa tem como foco central a compreensão dos fatos. Nesse sentido, procuramos nas ações e relatos dos participantes sobre o assunto abordado. Para concretização da pesquisa de campo, de caráter exploratório, foram realizadas entrevistas como professor intérprete, buscando verificar a relevância de seu trabalho na inclusão de um aluno surdo em uma escola pública da cidade de Cruzeiro do Sul, ACRE.

4.1 Contexto da Pesquisa

O local selecionado para a pesquisa foi uma Escola de Ensino Fundamental, Madre Tereza (nome fictício). A escola atende, aproximadamente, 720 alunos nos turnos matutino e vespertino. Sendo 12 salas no turno da manhã, (11 do Ensino Fundamental I e 01 turma do PEEN. E no turno da tarde 3 salas do Ensino Médio e 9 salas do Ensino Fundamental II.

Os alunos portadores de necessidades educacionais especiais incluídos na escola são 11, sendo 01 aluno surdo (9º ano), 01 com deficiência física, e 08 com deficiência intelectual. A escola não possui adaptações físicas em sua estrutura, mas fornece condições para que o aluno possa ser incluído. Ou seja, não tem banheiros adaptados às crianças com deficiência física, não possui rampas de acesso, mas na medida do possível a escola atende os alunos incluídos com a estrutura que tem.

A referida escola tem 32 professores e 245 alunos (considerando-se os dois turnos: manhã e tarde). Ainda há profissionais de apoio que formam no total um corpo de 64 funcionários.

A sua criação se deu por meio do decreto governamental nº 724 de setembro de 1996, mas só começou a funcionar em março de 1997. Dessa forma, a escola possui hoje 18 anos de atividade.

A instituição tem 3.000 m² de construção, numa área de 7.200 m². Ainda conta com 17 salas de aula e sua capacidade física é de atendimento a 2.400 alunos nos três turnos (apesar de, conforme já relatado, atender metade deste número).

4.2 Participantes

Os participantes da pesquisa foi 1 professor: intérprete, pois o professor regente não aceitou participar da entrevista, entretanto oportunizando uma coleta foi possível investigar o assunto e a compreensão do objeto investigado.

O profissional acima citado é formado em nível superior em Pedagogia e possui experiência em deficiência auditiva.

4.3 Materiais

Os materiais utilizados no presente trabalho incluem: Celular para gravar o áudio, computador para sistematizar os dados; internet.

4.4 Instrumentos de Construção dos Dados

Para a realização das entrevistas foram adotados:

- Roteiro de entrevista estruturada elaborado para a pesquisa. O roteiro de entrevista conta com 09 questões sobre o perfil do professor regente e do intérprete; 15 perguntas sobre a prática pedagógica do aluno surdo;
- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para coletar a concordância dos sujeitos em relação à participação na pesquisa.

4.5 Procedimentos de Construção dos Dados

O primeiro procedimento da pesquisa foi escolher uma escola ou local de realização segundo os objetivos pautados no projeto de pesquisa inicial. Sendo assim, foi escolhida a escola Madri Tereza. A escolha se deu por se tratar de local de fácil acesso e aceitar alunos com deficiência auditiva.

Após escolher a escola, houve uma apresentação do estudo para a equipe da escola e possíveis participantes da pesquisa. Também foi apresentado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

4.6. Procedimentos de Análise dos Dados

A pesquisadora realizou as entrevistas com o auxílio de áudio. As entrevistas foram posteriormente digitadas e analisadas à luz da literatura especializada, com a fundamentação teórica dos estudiosos, relacionando os objetivos da pesquisa com as respostas dos entrevistados.

V- RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Perfil da entrevistada:

A entrevista foi realizada com a professora Maria Souza, de 35 anos de idade, formada em Ensino Superior em Pedagogia. A professora atua há cinco anos na educação especial e há 02 anos trabalha na referida escola. Sua atuação se dá com alunos do Ensino Fundamental na modalidade EJA 1º Segmento.

Só foi realizada uma entrevista, apenas. A segunda participante não aceitou participar da pesquisa, embora, a princípio tenha se prontificado. Acreditamos que a professora teve receio de não saber responder uma vez que não estava a par do conteúdo das questões. Por esse motivo só foi possível realizar uma entrevista com a professora intérprete.

Mesmo não tendo a participação da outra entrevistada foi possível reconhecer o papel do intérprete na educação e aprendizagem do aluno com deficiência auditiva.

5.2 As questões sobre a prática pedagógica

Serão aqui apresentadas de forma dialógica, as questões da entrevista com as professoras regente e a intérprete, seguidas da discussão teórica.

A pesquisadora deu início à entrevista pedindo à professora que falasse sobre sua prática pedagógica através da descrição da rotina, principalmente com respeito ao aluno surdo na escola.

Professora Maria Souza: *Sim, ele interage normalmente da sua maneira, utilizando gestos, a língua de sinais com o professor intérprete, realiza as atividades, convive normalmente apesar de suas limitações.*

Pesquisadora prossegue e pergunta sobre o planejamento das atividades que serão desenvolvidas com seus alunos surdos, se ela planeja sozinha ou junto com outros professores.

Professora Maria Souza: *Eu planejo com os professores do ensino regular, procurando saber quais conteúdos está trabalhado para fazer atividades que possa contribuir com a aprendizagem do aluno surdo.*

Essa troca de experiências é importante, pois, permite ao professor intérprete contribuir de forma mais efetiva com a aprendizagem do aluno surdo, sugerindo atividades e metodologias ao professor regente. Sobre esse aspecto a autora Damázio (2007, p.26) argumenta:

O planejamento do Atendimento Educacional Especializado é elaborado e desenvolvido conjuntamente pelos professores que ministram aulas em Libras, professor de classe comum e professor de Língua Portuguesa para pessoas com surdez. O planejamento coletivo inicia-se com a definição do conteúdo curricular, o que implica que os professores pesquisem sobre o assunto a ser ensinado. Em seguida, os professores elaboram o plano de ensino. Eles preparam também os cadernos de estudos do aluno, nos quais os conteúdos são inter-relacionados.

Com relação à interação de surdo e ouvinte a entrevistada relatou que se dava através de gestos e da língua de Sinais.

O professor deve facilitar e estimular a interação do aluno com surdez no grupo de colegas (surdos ou ouvintes), pois é por meio dessa interação que ele virá a enriquecer suas possibilidades de comunicação e expressão. Assim como as outras crianças, o aluno com surdez vai compreendendo quais as atitudes e comportamentos que ele deve ter para ser aceito no grupo, e isso se dá por meio da observação e da imitação. O recurso da imitação é importante em todas as fases do desenvolvimento do aluno com surdez. (LIMA, 2006, p. 54).

Nesse sentido, nota-se que há oportunidade para que essa necessidade da interação entre aluno com surdez e seus colegas se satisfaça, favorecendo o desenvolvimento das crianças com deficiência auditiva.

Pesquisadora deu continuidade à entrevista perguntando sobre os recursos utilizados no processo ensino-aprendizagem do aluno surdo, se são os mesmos utilizados para os ouvintes.

Professora Maria Souza: *A mesma ressaltou que em parte, pois é preciso confeccionar materiais visuais e outros que possa favorecer a aprendizagem do aluno com deficiência auditiva.*

Sobre as principais dificuldades de aprendizagem dos alunos surdos a entrevistada ressaltou que se referem à falta de domínio da língua de sinais e da língua Portuguesa.

Realmente é importante que o aluno surdo domine a língua de sinais. No entanto, há muitos alunos que tem receio em aprender essa língua. Além do mais, os alunos ouvintes e professor regente também não tem domínio da LIBRAS, o que dificulta a comunicação entre eles.

Ao questionar se o desempenho do aluno surdo corresponde à expectativa do professor, a resposta da professora da foi: “um pouco, pois o aluno surdo aprende de forma muito lenta”.

Essa colocação é relevante, pois muitas vezes se percebe claramente a situação de medo em relação ao ensino do aluno surdo por parte do professor, por perceber que este aluno é lento, pode se sentir impotente para contribuir com a aprendizagem do aluno surdo. No entanto, é importante ressaltarmos que a capacidade de aprender não está diretamente relacionada à surdez, mas pode ser vista dessa forma equivocada pelo professor.

Por isso evidencia-se a necessidade de formação continuada que permita aos professores um maior conhecimento sobre a deficiência auditiva, as potencialidades desse aluno das atividades que podem favorecer o aprendizado e desenvolvimento de forma mais satisfatória. Na sequência, perguntamos à professora como você avalia o processo de inclusão do aluno surdo no ensino regular.

Professora Maria Souza: *positivo, só que há muitas dificuldades, principalmente de favorecer a aprendizagem do aluno surdo pelo fato do professor regente não dominar a língua de sinais, e o professor intérprete ter que favorecer o elo entre o aluno surdo e o professor regente.*

A professora reconhece a LIBRAS como Língua de Sinais.

A Língua de Sinais é uma língua de modalidade gestual-visual porque utiliza, como meio de comunicação movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão. Portanto, ela é diferenciada da Língua Portuguesa de ouvintes que é uma língua oral- auditiva, porque na Língua Portuguesa utilizamos sons que são emitidos pela voz, que para um surdo é impossível de se perceber. (PEREIRA, 2009, p. 15).

Quando lhe perguntamos sobre o significado de intérprete, ela ressaltou: *“é um professor que ajuda na comunicação do aluno surdo com o professor regente. É um mediador e utiliza a Língua Brasileira de Sinais para realizar a comunicação com o aluno e favorecer seu aprendizado”.*

Em relação ao papel do intérprete no processo educacional a professora ressaltou que é importante e ajuda na comunicação e interação do aluno surdo.

Em relação ao questionamento sobre o papel do interprete de Libras na educação do aluno surdo, enfatizou, redundantemente, que este profissional realiza a comunicação com o aluno surdo utilizando a língua de sinais.

Finalmente a pesquisadora pergunta sobre a importância da atuação do intérprete de Libras, a entrevistada ressaltou que é essencial, pois colabora com o professor, troca ideias, verifica as dificuldades e busca metodologias adequadas que possa atender os alunos em suas necessidades.

Segundo Damázio (2007, p. 50):

A atuação do tradutor/intérprete escolar, na ótica da inclusão, envolve ações que vão além da interpretação de conteúdos em sala de aula. Ele medeia a comunicação entre professores e alunos, alunos e alunos, pais, funcionários e demais pessoas da comunidade em todo o âmbito da escola e também em seminários, palestras, fóruns, debates, reuniões e demais eventos de caráter educacional.

Diante da pergunta de como o intérprete entende o processo de aprendizagem do aluno surdo, a professora nos diz que:

O intérprete entende que o processo de aprendizagem do aluno surdo se dá de forma lenta, mas este aluno tem possibilidades de aprender e desenvolver-se na escola regular.

A partir dos resultados alcançados foi possível conhecer como um pouco mais sobre a inclusão do aluno surdo na escola comum, e o papel do professor intérprete na aprendizagem do aluno com deficiência auditiva. No contexto estudado, compreendemos que o interprete exerce um papel fundamental na inclusão do aluno surdo: trocando ideias com o professor regente, mediando a comunicação entre aluno surdo e professor regente através da língua de sinais, além de realizar atividades e fazer uso de metodologias diversas que atendam os alunos em suas necessidades de aprendizagem.

O diálogo com o professor intérprete nos proporcionou conhecer as principais dificuldades encontradas por ele no ensino de crianças surdas, como a falta de domínio da língua de sinais pelo professor regente e pelos alunos, resistência ao aprendizado da Língua de Sinais por alunos surdos, dentre as citadas pelo sujeito da pesquisa.

VI- CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições deste estudo proporcionaram uma maior compreensão sobre a inclusão de crianças com deficiência auditiva e o papel do intérprete, embora tenhamos que levar em consideração o limite de tempo e especificidades de cada instituição com relação à cultura e suas práticas pedagógicas.

Nota-se que a educação inclusiva é um direito de todos os alunos e uma realidade que precisa do apoio de todos. E apesar das limitações desses alunos, são incluídos de forma satisfatória. O professor Intérprete mostrou-se como um profissional essencial, capaz de mediar a aprendizagem de seu aluno, desenvolvendo metodologias adequadas e a língua Brasileira de Sinais, favorecendo a comunicação, aprendizagem e desenvolvimento desse aluno de forma mais satisfatória.

No percurso do trabalho de pesquisa, nos deparamos com algumas limitações, que se deram pelo fato dos professores terem receio em participar de pesquisas, realizarem entrevistas, ou ainda, de se colocarem em situações de exposição.

Assim, sugerimos a elaboração de novas pesquisas, utilizando diferentes metodologias, para explorar a aprendizagem e desenvolvimento da criança surda, suas limitações, bem como servir como ponto de partida para novas pesquisas sobre a importância do profissional de intérprete no processo ensino-aprendizagem do deficiente auditivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Brasil Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

Brasil Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília: Imprensa Oficial, 1988

CORDE - Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Resultado da Sistematização dos Trabalhos da Câmara Técnica: O Surdo e a Língua de Sinais. Ministério da Justiça / Secretaria dos Direitos da Cidadania. Brasília – DF, 1996.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Atendimento Educacional Especializado – Pessoa com surdez. Formação continuada a distancia de professores para o Atendimento Educacional Especializado Pessoa com surdez- MEC/ Brasília / DF- 2007.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

LIMA, Daisy Maria Collet de Araujo. Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez. [4. ed.] Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

MANTOAN, M. T. E. et al. A interação de pessoas com deficiências. São Paulo: Menmon Editora, 1997.

PEREIRA Simone Rodrigues. Os Processos de Alfabetização e Letramento em LIBRAS: um percurso semiótico / Simone Rodrigues Pereira. --Bebedouro: Fafibe, 2009.

POKER, Rosimar Bortolini. Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo em crianças surdas: uma proposta de intervenção educacional. UNESP, 2001. 363p. Tese de Doutorado.

QUADROS, Ronice Müller. Educação de Surdos: A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

Resolução nº 4 de 02 de outubro de 2009 Decretos nº 5.626 de 22 de dezembro de 2002, que regulamento a Lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002.

REDONDO, Maria Cristina da Fonseca. Deficiência auditiva-/ Maria Cristina da Fonseca Redondo, Josefina Martins Carvalho. – Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000.

RINALDI, Giuseppe et al (Org.). Deficiência auditiva. Brasília DF: SEESP, 1997. _ (serie Atualidades Pedagógicas; n.4). Disponível em: <http://www.inilibras.com.br/materiais/deficienciaauditiva_pararte1.pdf>.

ROPOLI, Edilene Aparecida. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva / Edilene Aparecida Ropoli. [et.al.]. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

ROSA. A.M. (Res) significando a questão da linguagem no trabalho com a criança surda. São Paulo: Editora Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2005.

WITKOSKI, Silvia Andreis. FILIETAZ, Marta Rejane Proença. Educação de surdos em debate (org.).— 1. ed. Curitiba: Ed. UTFPR, 2014.

APÊNDICE

Roteiro de entrevista com o professor intérprete

Informações sobre o professor entrevistado:

1 – Nome

2 – Sexo

3 – Idade

4 – Grau de Instrução

5 – Formação?

7 – Tempo na Profissão?

8 – Há quanto tempo trabalha na escola?

9- Com qual turma você trabalha? (Especificar a idade das crianças)

Questões sobre a prática pedagógica

10- Você poderia descrever a rotina da sua turma? E da escola? (Explorar o conjunto de atividades que normalmente acontecem no dia-a-dia da turma/escola).

11- Como você planeja as atividades que serão desenvolvidas com seus alunos? Sozinho? Junto com outros professores e/ou coordenadores?

12- Como se dá a integração de surdos e ouvintes?

13- Os recursos utilizados para o ensino-aprendizagem do aluno surdo são os mesmos utilizados para os ouvintes?

14- Quais são as dificuldades de aprendizagem de alunos surdos?

15- O desempenho do aluno surdo corresponde à expectativa do professor?

16- Como você avalia o processo de inclusão do aluno surdo no ensino regular?

17- Para você o que é a Língua Brasileira de sinais?

18 – O que é um intérprete de Libras?

18- Qual o papel do intérprete no processo educacional?

19- qual o interprete de Libras na educação do aluno surdo?

20- O que faz um interprete de Libras?

21- Qual a importância da interação entre professor e intérprete na aprendizagem do aluno surdo?

22- O processo de avaliação do aluno surdo é igual aos dos demais alunos?

23- Como se dá a interação entre aluno surdo e ouvintes?

ANEXOS

ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

ANEXO A- Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a)

____que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel**

ANEXO B – CARTA DE ACEITE INSTITUCIONAL



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

ANEXO B - Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização _____ da _____ pesquisa

_____, de _____ responsabilidade _____ do(a) _____ pesquisador(a) _____, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____.

O estudo envolve a realização de _____ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento _____ (*local na instituição a ser pesquisado*) com _____ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de _____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e término em _____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

Nome do (a) responsável pela instituição

Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____

